



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

#### SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de dezembro de 2022 foram visados expressamente 175 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando 456 milhões de euros.

No mesmo período, não houve recusas de visto.

#### DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DEZEMBRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	92	31,94	279 575 909,37	61,26
Visto com Recomendações	62	21,53	147 332 490,21	32,28
Declaração de Conformidade Homologada	21	7,29	29 430 936,61	6,45
Recusa de Visto	0	0,00	0,00	0,00
Outras extinções da instância (*)	113	39,24	26 400,38	0,01
<b>TOTAL DE DECISÕES</b>	<b>288</b>	<b>100</b>	<b>456 365 736,57</b>	<b>100</b>

(\*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

#### TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2022

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	836	34,79	4 790 431 862,05	69,85
Visto com Recomendações	692	28,80	1 691 249 863,38	24,66
Declaração de Conformidade Homologada	255	10,61	278 411 709,60	4,06
Recusa de Visto	22	0,92	61 735 912,29	0,90
Outras extinções da instância (*)	598	24,89	36 753 959,32	0,54
<b>TOTAL DE DECISÕES</b>	<b>2403</b>	<b>100</b>	<b>6 858 583 306,64</b>	<b>100</b>

#### Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão